EDITORA
UnB

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGO

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Etienne Baldez
Monique Aparecida Voltarelli
(org.)

Pesquisa, Inovação & Ousadia

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz de Farias

EDITORA
UnB

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

Educação infantil em diálogo

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Etienne Baldez
Monique Aparecida Voltarelli
(org.)

Pesquisa, Inovação & Ousadia

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultora de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Caio Martins Lopes
Diagramação	Beatriz Parente Barreto de Abreu
Foto de capa	Tatiana Syrikova via Pexels.com

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educação infantil em diálogo [recurso eletrônico] : pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância / Etienne Baldez, Monique Aparecida Voltarelli, organizadoras. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
227 p. – (Série Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-248-4.

1. Educação infantil - Aspectos sociais. 2. Práticas de ensino. I. Barbosa, Etienne Baldez Louzada (org.). II. Voltarelli, Monique Aparecida (org.). III. Título. IV. Série.

CDU 373

Fernanda Cordeiro de Carvalho – Bibliotecária – CRB 1/2339

Pensar as crianças no tempo presente tem sido um desafio, e requer cada vez mais perguntar "quais lugares que as crianças têm ocupado na sociedade, em especial dentro das instituições de educação infantil?", no intuito de pôr em pauta a forma como travamos relações e como construímos práticas educativas com as crianças. Desse modo, dedicamos esta obra a todos profissionais, estudiosos/as, pesquisadores/as da infância, que, assim como nós, têm se preocupado em construir percepções amplas sobre a infância, trocando lentes e olhares anteriores por indagações, incômodos e buscas constantes de aperfeiçoamento nas formas como educamos as nossas crianças.

Dedicamos, em especial, às crianças, que nos ensinam diariamente a nos reinventar, a resistir, a sermos singulares e resgatar nossas potências, nossa ludicidade e nossa esperança por dias melhores, sempre. A todas as crianças que nos inspiram a caminhar e a seguir investindo esforços investigativos para compreendê-las, conhecê-las e aprender com elas formas outras de ver o mundo. Tudo que aqui foi analisado, estudado e refletido não faria sentido se não fosse por elas.

Agradecimentos

A organização e escrita de um livro é resultado de relações que estabelecemos com diversos cenários sociais em que estamos inseridas, com os nossos pares, com o meio acadêmico e com tantas pessoas, espaços, leituras e experiências que configuram nossas trajetórias e vão tecendo construções que carregam nossas compreensões e lutas. Nesse sentido, agradecemos imensamente e carinhosamente a cada autor e autora desta obra, que não mediram esforços para que pudéssemos compor esses diálogos sobre a infância, e que resultam, ainda, de relações que nós organizadoras tivemos a oportunidade de construir nos nossos últimos anos de atuação profissional e por meio das nossas trajetórias de pesquisa.

Propor e concretizar a publicação de um livro é por nós visto e compreendido como um momento de celebração, em forma de abertura e também ponto de partida para revistarmos saberes, para a construção de outros e para seguir investigando. Assim como as crianças, desde o nascimento, nos inspiram para a possibilidade do novo, que possamos por meio desta obra transitar entre as palavras, tropeçar nas construções propostas, brincar com as ideias, desconstruir e construir percepções e, principalmente, compartilhar engajamentos que vislumbrem a efetivação dos direitos das crianças a viverem suas infâncias plurais.

Agradecemos também a todos que nos acompanharam nesse processo, que acreditaram nos possíveis e que inventam conosco outras formas de compreender as práticas educativas com as crianças.

Aos leitores, somos gratas pela confiança no nosso trabalho e os convidamos ao mergulho no conhecimento sobre os estudos da infância a serem explorados nas próximas páginas.

“Que nenhuma opinião seja uma convicção absoluta, imutável.
Que o dia de hoje seja sempre feito da soma das experiências de ontem,
enriquecidas das experiências de amanhã… Somente com essa condição
nosso trabalho nunca será monótono nem sem esperança.”
Janusz Korczak

Sumário

Prefácio 15

Apresentação 17

A educação infantil em pauta: perspectivas e diálogos

Interseccionalidade na área da educação infantil: conceito e ferramenta analítica para o desvelamento sobre infância(s) e as crianças 29
Ana Caroline Irineu
Catarina Moro

A organização do currículo da educação infantil em campos de experiência: o protagonismo das crianças em evidência 39
Rafaelli Norberto Grégio
Giane Lucelia Grotti

Quando o santo de casa não faz milagres: como melhorar a implementação de políticas educacionais a partir do envolvimento dos atores? 47
Cristiano Rogério Alcântara
Gabriela Spanghero Lotta

Saberes da infância e a formação dos profissionais da educação 57
Marcia Cristina Argenti

A especificidade da educação infantil referenciada pela coordenação pedagógica (Brasília, 2020-2022) 67
Débora de Souza Santos
Etienne Baldez

A dimensão moral da avaliação: estereótipos de gênero no contexto da educação infantil **79**
Viviane Fernandes Faria Pinto

Educação infantil e famílias no cenário da revisão de literatura 89
Nazareth Salutto
Maria Alice Barbosa dos Santos

O que dizem os materiais pedagógicos sobre avaliação? 99
Gabriela Scramingnon
Maria Fernanda Rezende Nunes
Marina Castro e Souza

Entre os desafios da proposição, o relato das práticas docentes com projetos na educação infantil (Brasília, 2022-2023) 113
Ligia Almeida Teixeira
Etienne Baldez

Estudos sociais da infância: olhares para a pesquisa para, com e sobre as crianças

Pressupostos teóricos da sociologia da infância nas pesquisas brasileiras 125
Lucas Ramos Martins
Ademilson de Sousa Soares

“De olho na fresta”: encontros da educação infantil com os estudos da infância **135**
Aline Buy dos Santos
Lisandra Ogg Gomes

Gênero e infância: em quais práticas sociais os meninos estão se engajando? **145**
Danielle Atta
Monique Aparecida Voltarelli

Interseccionalidades entre infância, gênero e raça na sociologia da infância brasileira **157**
Andrea Braga Moruzzi
Mayra Silva dos Santos
Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Geografia e educação infantil: as crianças e suas relações espaço-temporais **169**
Ana Paula Batista Pina dos Santos
Maria Lídia Bueno Fernandes

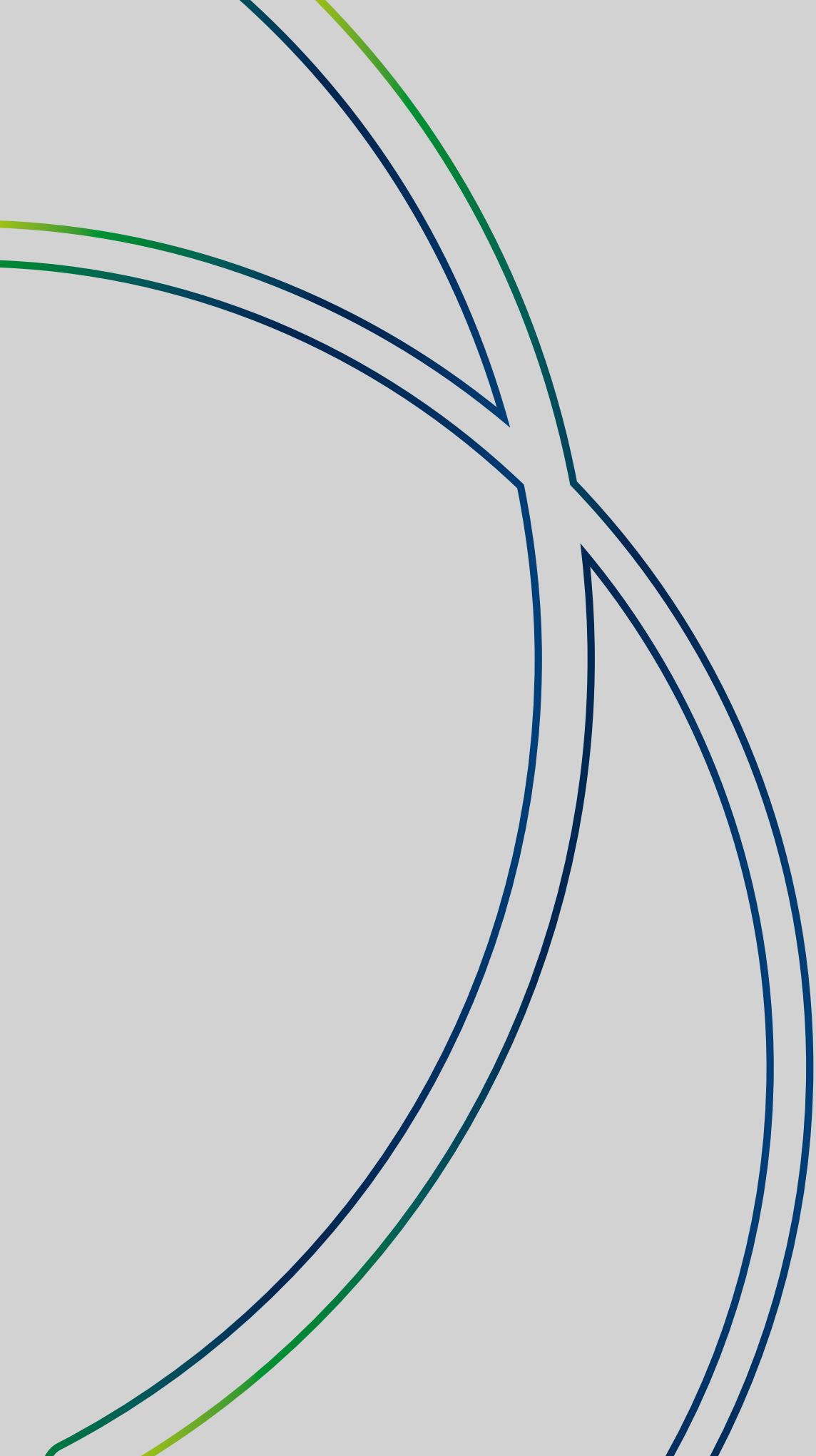
A infância brasileira em um cenário pandêmico **179**
Lara Batomarco Nobre
Laura Brisolara de Albuquerque
Monique Aparecida Voltarelli

Metodologias de pesquisa com crianças: uma experiência na cidade de Brasília **191**
Rhaisa Naiade Pael Farias
Ingrid Dittrich Wiggers

Estudos sociais da infância e migrações internacionais: análise das produções acadêmicas brasileiras do período de 2013-2023 **201**
Flávio Santiago
Taís Aparecida de Moura

Reflexões finais 213

Sobre os autores 217



A educação infantil em pauta: perspectivas e diálogos

Quando o santo de casa não faz milagres: como melhorar a implementação de políticas educacionais a partir do envolvimento dos atores?

Cristiano Rogério Alcântara
Gabriela Spanghero Lotta

Introdução

Este texto nasce da experiência dos autores de escutarem recorrentemente dos agentes implementadores de políticas públicas educacionais, ou que as desenham, a seguinte afirmação: “cansei de recomendar as mesmas coisas que você, mas ninguém me escuta; parece que quando vem alguém de fora e fala as mesmas coisas, tem outro impacto”.

Em verdade, muitos interlocutores dizem o ditado popular que consta em parte do título: ao vermos a reação do público, temos cada dia mais certeza de que santo de casa não faz milagres. Uma colocação que poderia passar como inocente ou até mesmo como um elogio nos provoca a refletirmos de maneira mais cuidadosa e aprofundada. Afinal, como podemos pensar no desenho e na implementação de políticas públicas educacionais se seus agentes partem da concepção de que não farão o “milagre”? E, mais do que isso, por que apenas os santos externos é que conseguem operar mudanças?

Há várias décadas a literatura que estuda a implementação de políticas mostra os desafios de transformar os planos em ações concretas que garantem a execução das políticas públicas e, portanto, dos direitos e serviços públicos (Barrett, 2004).

Planos são muito distantes da realidade por vários motivos. Primeiro, porque o papel aceita tudo, e o plano é o momento em que gestores sonham, projetam um futuro desejado,

mesmo que ele seja irreal. Segundo, porque quem desenha os planos em geral está muito distante de quem os implementará, e essa distância faz com que os planos muitas vezes projetem um futuro impossível, dadas as características do mundo da execução (Lotta, 2015). Terceiro, porque, devido à distância entre o plano e a execução, muitas vezes os atores implementadores não se sentem engajados, motivados ou envolvidos (Gofen, 2014) e, portanto, não se comprometem completamente com o sucesso da implementação.

Essa distância entre planos e a execução acaba tendo consequências muito perversas para as políticas públicas. Se, por um lado, governos não conseguem bater as metas porque não executam os planos, por outro lado – e mais grave –, cidadãos ficam desatendidos, recebem serviços ruins e não conseguem alcançar os direitos resguardados pela constituição (Lipsky, 2010). Esse processo é ainda mais crítico na área da educação, na qual a distância entre os planos e a implementação podem impactar a capacidade de aprendizado, o acesso do direito à educação e o desenvolvimento das crianças (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020).

Neste texto, analisaremos esses desafios da implementação, observando como o compromisso (ou sua falta) dos agentes implementadores com o sucesso das políticas afeta os resultados educacionais. Este texto se organizará em três partes: na primeira, compartilharemos quatro experiências de implementação de política pública, uma em nível estadual, duas em níveis municipais e uma em nível de Unidade Educacional. Apresentemos, assim, a problemática da implementação do ponto de vista de quem desenha a política pública – que denominamos de alto escalão, passando pelos burocratas de médio escalão e chegando aos burocratas de nível de rua. Na segunda parte, discutimos esses casos à luz dos estudos da política pública e analisamos como cada um deles poderia ser conduzido para minimizar a perda de esforços humanos e financeiros em estratégias que não se mostram exitosas. Finalizamos o texto propondo estratégias de encaminhamento para que os diferentes burocratas, nos diversos níveis, considerem antes de pensar/implementar políticas públicas educacionais.

Quatro cenas emblemáticas

Utilizaremos neste texto a estratégia de uso de pequenas descrições de situações que vivenciamos, ora como assessores contratados por setores públicos, ora como contratados diretos dos agentes públicos em nível de rua. Acreditamos que a apresentação das cenas ajudará nossos leitores a melhor contextualizar o que estamos tentando problematizar.

Cena um

Um município do estado de Santa Catarina, localizado aproximadamente a 102 km da capital Florianópolis, tem a sua população estimada, no ano de 2021, em cerca de 140.597 habitantes, desempenhando um papel importante na economia estadual, com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R$50.872,17 em 2020, e um elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de 0,795. Aceitou fazer parte do estudo de pós-doutoramento

do autor, que é supervisionado pela autora. Esse estudo busca esclarecer como um processo formativo mensal, junto aos diretores e coordenadores das escolas municipais, pode auxiliá-los a modificar suas práticas gestoras. Quando o autor apresentou a proposta de continuar a ação formativa, que se iniciou em 2021, pediu para que tivesse reuniões periódicas com o pessoal da secretaria municipal, que desenha a formação continuada desses agentes públicos. Mais de uma vez o autor ouviu: "professor, tu podes falar sobre isso? Nós já falamos muitas vezes, porém percebemos que quando o senhor fala, tem outro peso".

Cena dois

Um estado nordestino chama o autor para oferecer formação aos agentes dos seus quase 200 municípios, responsáveis pela formação de todos os coordenadores pedagógicos de seus respectivos municípios. Esse projeto consta no mesmo estudo de pós-doutoramento mencionado anteriormente. E, para nossa surpresa, escutamos mais de uma vez dos dirigentes estaduais que seria ou foi importante ouvir determinadas colocações procedimentais da parte dos pesquisadores, para com os fazeres que esses agentes deveriam ter em suas conduções formativas. Diziam eles, repetidamente: "professor, já falamos muitas vezes sobre isto. Porém, quando é o senhor a falar, reconhecemos que ganha outro peso para quem o escuta, e ficamos mais à vontade para cobrar, afinal, está registrado nos nossos canais midiáticos para retomar e contextualizar. Deixa de ser uma mera implicância nossa".

Cena três

O autor foi responsável, durante quatro anos, pela Divisão de educação infantil da Cidade de São Paulo. Nesse período, desenhou e implementou diversas estratégias formativas, procurando superar desafios que reconhecia que faziam parte dos problemas das Unidades Educacionais. Deu ênfase aos relatórios individuais de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e bebês, por dois motivos: primeiro, por demandarem muito tempo dos docentes em os escrever e dos gestores em acompanhar essas escritas; e, segundo, já que por meio dos relatórios pode-se captar o que os docentes estão entendendo por aprendizagem e desenvolvimento e, mais importante ainda, o que estão valorizando nos seus fazeres diários.

A professora Eliana Bhering foi contratada para fazer um minucioso estudo e divulgar uma proposta de como deveria a ser a escrita desse material. A professora foi às treze Diretorias Regionais de Educação falar com todos os supervisores pedagógicos – que são os agentes educacionais responsáveis por mensalmente acompanhar como as Unidades Educacionais estão implementando as políticas públicas sinalizadas pela Secretaria Municipal de Educação. O texto escrito por Eliana Bhering fala sobre uma criança, Abgail, e partiu de termos e estruturas que as professoras da rede municipal de São Paulo usam. Quando regressou para sua Unidade Educacional, o autor perguntou se conheciam o texto da professora Eliana, recebendo de volta um sonoro: "nunca ouvimos falar". Terminado o

semestre, a supervisão que acompanha a Unidade Educacional nunca perguntou a respeito dos relatórios individuais dos bebês e das crianças.

Cena quatro

Um dos autores foi chamado para ministrar uma palestra para seis Unidades Educacionais parceiras (a cidade de São Paulo tem 90% do seu atendimento de zero a três anos realizado por Unidades Educacionais que são terceirizadas e que recebem o nome de parceiras; recentemente, elas foram incorporadas à Rede Municipal, pois até então eram de uma rede distinta). Foi solicitado ao autor que apresentasse a importância dos registros docentes para a compreensão dos fazeres docentes. Há uma normativa de 2019 que descreve essa importância, e muitas das coordenadoras e diretoras dessas Unidades foram unânimes em dizer ao término da palestra: "foi muito importante você ter dito o que disse, vivemos falando isso. Porém, vindo de você, percebemos que ganhou outro peso e terá outro impacto no grupo".

Quatro situações distintas: particularidades e similaridades

Como descrito anteriormente, as cenas abrangem tanto os níveis decisórios de implementação da política pública quanto o nível de execução da política. Não podemos negar que há uma particularidade nas camadas decisórias da política pública educacional que não pode ser tratada como um mero detalhe. Geralmente, os agentes púbicos que estão nos cargos decisórios são de carreira do magistério. Muitos municípios até colocam em suas leis orgânicas a exigência de que determinados quadros só podem ser ocupados por agentes públicos do quadro do magistério.

Assim sendo, em maior ou menor grau, será vivenciado em quase todas as instâncias comportamentos similares, afinal, as pessoas que estão nesses cargos são as mesmas, com aprendizados e dificuldades parecidas. Infelizmente, com raríssimas exceções, não existem cursos ou avaliações que qualifiquem as pessoas que acessam os cargos decisórios; geralmente, se recorre a filiações partidárias, tempo de trabalho ou reconhecimento de condutas profissionais. Listaremos a seguir algumas das nossas hipóteses para esses desencontros:

Compreensão das diretrizes e decisões da escrita à execução

Os estudos sobre implementação de políticas públicas mostram que o acesso a informações e a compreensão das diretrizes são cruciais para que a execução ocorra bem. Isso porque as diretrizes dão norte para os atores, diminuem dúvidas e garantem que a implementação seja mais alinhada com o planejamento. No entanto, os estudos também mostram que a compreensão das diretrizes é um dos processos mais complexos da implementação (Lotta, 2019). Isso porque muitas vezes as diretrizes não estão disponíveis; elas podem ser muito complexas, abrir espaço para interpretações ou ainda serem conflituosas entre si. No caso da educação, vários fatores podem impactar na compreensão das diretrizes

educacionais de uma Rede de Ensino. Pode haver, por exemplo, ausência de informação – o que normalmente causa estranheza por parte dos agentes, uma vez que as redes sociais, em especial as correntes de WhatsApp, fazem parecer que a informação circula rapidamente.

No entanto, as diretrizes nem sempre estão disponíveis ou são compreensíveis. Assim, para além de disponibilizar as informações e diretrizes, é necessário garantir que elas façam sentido, que sejam compreendidas, que os atores concordem com ela e saibam o que fazer. Muitos agentes públicos se dão o direito de conhecer uma diretriz, e acreditam que está na sua governabilidade não seguir a diretriz. E, deixando tudo mais complexo, uma vez que renuncia a seguir com a diretriz, toma a decisão de criar outros procedimentos, diferentes das diretrizes. Esses elementos todos mostram como as diretrizes são essenciais, mas, ao mesmo tempo, sua elaboração, disponibilização e acompanhamentos devem ser feitos de forma muito cuidadosa.

Não aceito o que vem de cima

Muitas vezes os atores envolvidos na implementação não concordam com as diretrizes nem com qualquer decisão que venha de cima (Gofen, 2014). Esse quadro de rebelião para com as diretrizes desenhadas pelos escalões superiores se manifesta com vigor quando as instâncias implementadoras se arvoram o direito de resistir ao que se intitula de algo que venha de cima para baixo.

Uma parte considerável dessa resistência se dá claramente por desconhecimento dos pressupostos teóricos que embasam as diretrizes. No afã de dar conta do atendimento diário junto às crianças e bebês, as Unidades Educacionais vão desenvolvendo seus trabalhos, mais preocupados em terminar o dia com todas as crianças vivas. No entanto, esse processo pode comprometer a própria qualidade da educação ofertada. Isso porque as diretrizes muitas vezes são embasadas em evidências científicas, buscam apresentar as mais novas formas de lidar com as aprendizagens infantis e auxiliar os professores em seus afazeres. Ao negarem tudo o que vem de cima, os educadores podem acabar se recusando a incorporar boas práticas ao seu trabalho. Além disso, como as pessoas que estão nas Unidades Educacionais muitas vezes não reconhecem as diretrizes curriculares como algo que diz respeito aos seus cotidianos, fica a impressão de que as diretrizes são escritas e se embasam em aspectos totalmente descolados da realidade objetiva.

Quem está na ponta não pensa

Outro aspecto que não pode ser minimizado e tem grande incidência nos malogros da implementação da política educacional é como, por vezes, quem a desenha desconsidera a ponta que o realiza. Se anteriormente problematizávamos que os agentes implementadores podem se sentir preteridos pelos agentes que decidem as diretrizes, é importante também considerar que os agentes que elaboram as diretrizes muitas vezes desconsideram os implementadores e a aprendizagem que vem de baixo.

Essa desconsideração acontece por múltiplas razões: *i)* assume-se que qualquer decisão será mesmo contestada; *ii)* as diretrizes estão embasadas em leis nacionais maiores, logo, assumem que não há o que ser contestado; *iii)* as unidades educacionais não têm tempo para se apropriar das mais recentes descobertas acerca do que é melhor para o desenvolvimento dos seus trabalhos; *iv)* acreditam que cabe a quem faz as diretrizes decidir o que os agentes implementadores farão, sem consulta prévia.

Claro que esses tópicos podem se entrecruzar, mas a questão de fundo é: a não escuta da ponta pode fazer com que as diretrizes também não incorporem inovações e aprendizados, além de diminuir sua aceitação e legitimidade.

Reconhecer que todos sabemos e desconhecemos algo

Uma grande dificuldade comum a todas as cenas anteriormente apresentadas é fazer com que os agentes se percebam como portadores de conhecimentos que valem a pena circular entre si. Além disso, todos eles têm dificuldades de múltiplas ordens, que atrapalham a execução dos seus fazeres.

A literatura educacional preza muito pela construção/elaboração de comunidades de aprendizagem (Imbernón, 2009, 2010), em que os sujeitos se reconhecem em suas dificuldades e potencialidades. E, nesse mútuo reconhecimento, a busca por criar espaços de interlocução nos quais as pessoas se percebam portadoras de conhecimentos que podem ajudar todos a aprenderem algo, bem como de dificuldades que podem coletivamente ser superadas, é essencial.

Esses vários elementos, construídos a partir dos casos apresentados, mostram como a implementação das políticas educacionais pode ser marcada por uma série de desafios, que deveriam ser analisados e contemplados para a melhoria dos processos educacionais. Na próxima seção, abordamos algumas saídas para enfrentar esses desafios.

Cada qual o seu papel: indo ao encontro dos seus papéis profissionais

As políticas públicas têm maiores chances de se efetivarem se contarem com a participação dos diferentes agentes implementadores e formuladores numa confluência de intenções. Porém, nem sempre a confluência se materializa, como pudemos observar nos tópicos do subitem anterior. Assim sendo, vamos na sequência apresentar os agentes envolvidos nas cenas anteriormente descritas, sinalizar o que se espera de cada qual e como a melhor distribuição de responsabilidades poderia melhorar o ambiente de implementação de políticas públicas.

Diretora de divisão e formadora da rede municipal

Quase todos os municípios de médio e grande porte têm uma subdivisão da educação básica, separando a educação infantil (etapa obrigatória municipal) do fundamental

I (também obrigatório) e, quando o tem, do fundamental II (poucos municípios assumem a totalidade desta etapa); poucos são os que tem ensino médio (estadual) e raros os que tem ensino superior (federal).

Ao precisarmos escrever todo esse preâmbulo, já antecipamos que um problema nacional são as competências, que, apesar de estarem bem delimitadas e definidas em lei, são seguidas de forma muito peculiar por cada ente federado. Assim, há muitas situações em que o fundamental I e II são compartilhados por municípios e Estados, municípios que ainda não deram conta de universalizar a educação infantil cuidando também de unidades do ensino médio, que é uma clara atribuição estadual.

Nesse movimento pendular, além de ficar difícil de cobrar responsabilizações, o desempenho dos papéis de cada profissional fica, no mínimo, difícil de se delimitar, uma vez que cada Rede de Ensino, a depender da abrangência que ela tenha, dê funções distintas ao mesmo cargo. Dessa forma, ser diretora da divisão, setor, parte etc. da educação infantil num município de pequenas proporções será diferente de sê-lo em uma cidade grande.

Porém, deveria haver coisas em comum: a primeira e mais evidente seria o desenho das políticas públicas em parâmetros, normativas e leis gerais. Cabe a quem desempenha a função ser o agente responsável por esta etapa, desenhar o arcabouço legal e oferecer as condições materiais, humanas e estruturais para que as políticas públicas saiam do plano das ideias e se tornem ações concretas.

As formadoras das secretarias de educação, seja municipal ou estadual, têm um relevante papel nesse processo de saída do discurso para a prática, uma vez que são elas que estão perto dos formuladores das diretrizes em âmbito de secretaria, porém, que serão os primeiros agentes a levarem essas proposições a quem se encontra distante dos formuladores.

Cabe a esses agentes dimensionar e, muitas vezes, traduzir o que as diretrizes desejam. E, nesta tradução, ocorre geralmente a primeira perda de significados entre o que os formuladores pensaram e o que de concreto chega às Unidades Educacionais. Em municípios pequenos e médios, quem formula a política pública é quem faz essa primeira apresentação. Na cena um, a diretora da divisão da educação infantil contava com mais uma pessoa na sua equipe, e as duas apresentavam as diretrizes para os diretores e coordenadores pedagógicos da cidade.

Em municípios maiores, o comum é existir uma subestrutura, que subdivide a cidade em regiões: cada região tem uma estrutura que faz a mediação entre as diretrizes da secretaria municipal e os diretores e coordenadores pedagógicos. Assim, dificilmente a diretora da divisão falará diretamente com os agentes implementadores de rua.

Formadores de coordenadores pedagógicos

A cena dois traz a realidade de um estado que se aproxima do que encontramos nos grandes municípios. Não há espaço físico que comporte a reunião de todos os agentes, e imaginem quantas reuniões se fariam necessárias para conversar presencialmente com

todos os diretores e coordenadores pedagógicos de 200 municípios, além dos custos de deslocamento, alimentação e hospedagem.

Um dos autores, em pós-doutoramento, estuda a complexidade formativa do município de São Paulo. Assim, quando aceitou o convite do estado nordestino, já tinha pressupostos de como proceder para mitigar os desencontros de informações e procedimentos. Afinal, a estrutura da cidade de São Paulo muitas vezes supera ou se equipara às estruturas de alguns estados.

Aqui, ao contrário do primeiro caso, temos a intermediação entre quem desenhou as diretrizes e quem irá apresentar aos implementadores. Aparece a figura do formador de diretores e/ou coordenadores pedagógicos. Em alguns municípios, esse papel pode ser desempenhado por supervisores ou orientadores pedagógicos, em paralelo ou simultaneamente a outros profissionais que fazem a formação.

Coordenador pedagógico na unidade educacional e direção escolar

Seriam os últimos agentes intermediários entre as diretrizes e as professoras. Os diretores e coordenadores pedagógicos muitas vezes podem estar transmitindo as diretrizes após estas terem sido apresentadas pelo segundo ou terceiro agente implementador. Serão esses os profissionais que apresentarão e acompanharão as professoras na implementação das diretrizes que foram desenhadas no âmbito da secretaria educacional.

Tocamos em alguns aspectos que impedem/dificultam que as professoras percebam ou considerem as diretrizes como capazes de fazer sentido para os seus desafios. Assim sendo, independentemente do assunto que se deseja estudar/implementar, o primeiro aspecto que os agentes que estão nas secretarias deveriam se preocupar é: como mostrar que o que se desenha como diretrizes educacionais não surge do nada?

Palestrantes

Uma estratégia formativa usada de norte a sul e de leste a oeste no Brasil é a de contratar profissionais para fazerem palestras, com grande ênfase no início do ano letivo e na retomada das férias do meio do ano. Há uma preocupação para que os palestrantes falem de aspectos que estejam em consonância com as demandas formativas do momento, no caso específico da educação infantil, com o marco legal de 2009.

O que nos causa estranhamento é que muito das proposições solicitadas, além de versarem de diretrizes nacionais (*Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil* e da *Base Nacional Comum Curricular*), deveriam ser/são atribuições acompanhadas e regradas pelos agentes que solicitam as palestras. É muito emblemático ouvir “foi importante você dizer isto para todos, elas precisavam ouvir isto”.

Aqui, se configura algo muito complexo, pois muitas vezes percebemos a dificuldade de uma política pública se materializar pela ausência de mapeamento das responsabilidades

e das diretrizes e pela ausência da definição de quais ações saem desse mapeamento. Por fim, quais os desdobramentos que serão dados após escutar e legitimar o que vem de fora?

Considerações finais

Para que possamos avançar na implementação das políticas públicas educacionais para, quiçá, chegarmos perto de comportamentos que materializem a equidade, precisamos repensar a forma como as diretrizes educacionais são formuladas e apresentadas a todos os agentes implementadores. No afã de se fazerem efetivos dentro do tempo de um mandado, muito dos regramentos se perdem no caminho.

A Unidade Educacional, que não vive os tempos dos mandados eletivos, vai demostrando sinais de resistência, indo contra qualquer diretriz central. Ironicamente, por vezes, embasada nos mais recentes estudos acerca da infância, organizada e respaldada por pesquisas nacionais e internacionais de como as crianças e bebês aprendem e são respeitados como sujeitos de direito.

Porém, ao renunciarmos de efetivarmos processos profundos de reflexão a respeito de nossos papéis dentro da implementação da política pública educacional, corremos o risco de só ficarmos na dimensão da denúncia, sem sinalizar como efetivamente podemos alterar o quadro atual. Por meio das cenas que apresentamos e os seus desdobramentos, esperamos contribuir com a reflexão de que uma política pública educacional, para ser exitosa, precisa considerar diversos aspectos e não ficar refém de que apareçam santos de fora, para operarem milagres (implementação) que cabem aos agentes internos de cada secretaria.

Referências

BARRETT, S. M. Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. *Public administration*, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.0033-3298.2004.00393.x. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 2009*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. *Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília: Congresso Nacional, 2016.

CIDADE E ESTADOS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [2023]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc.html. Acesso em: 10 mar. 2023.

GOFEN, A. Mind the gap: Dimensions and influence of street-level divergence. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 24, n. 2, p. 473-493, 2014. Disponível em: https://academic.oup.com/jpart/article/24/2/473/916336. Acesso em: 8 mar. 2024.

IMBERNÓN, F. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, F. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: Dilemmas of the individual in public service*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, G. S. *Burocracia e implementação de políticas de saúde: os agentes comunitários na Estratégia Saúde da Família*. São Paulo: Fiocruz, 2015.

LOTTA, G. S.; FAVARETTO, A. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6PNRfxxr9CBqBMBHK58b6Hx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2024.

LOTTA, G. S. *Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019.

RIBEIRO, V. M.; BONAMINO, A.; MARTINIC, S. Implementação de políticas educacionais e equidade: regulação e mediação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 177, p. 698-717, 2020. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6982. Acesso em: 8 mar. 2024.

ROCHA, E. A. C.; BUSS-SIMÃO, M. Infância e educação: novos estudos e velhos dilemas da pesquisa educacional. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 4, p. 943–954, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/fNZjF8YL3Lpp6DCQPwrQrpM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 8 mar. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Orientação Normativa de registros na Educação Infantil*. Coordenadoria Pedagógica. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Seminários Regionais da Educação Infantil em agosto*. SME Portal Institucional. São Paulo, 2018. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/seminarios-regionais-da-educacao-infantil-em-agosto/. Acesso em: 8 mar. 2024.

Sobre as organizadoras

Etienne Baldez



Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), atuando como docente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e no Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi). Integra o Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília (Gruphe). Realiza estudos de história da infância e história da educação infantil no Brasil. E-mail: etienne.baldez@unb.br

Monique Aparecida Voltarelli



Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP) da Universidade de Brasília (FE/UnB). Membro do Grupo de Sociología de la Infancia y la Adolescencia (GSIA) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi) da Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado sobre a participação infantil na América Latina pela Universidade de São Paulo (FEUSP) e em direitos das crianças pela Universidade de Ciências Aplicadas de Potsdam, Alemanha. Realiza estudos no campo dos estudos sociais da infância, pesquisando temas como participação infantil, direitos das crianças, educação infantil e infância na América Latina. Email: mvoltarelli@unb.br

Sobre os autores

Ademilson de Sousa Soares

Professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na graduação e pós-graduação. Graduado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), com doutorado em educação pela UFMG e pós-doutorado em pesquisas sobre políticas para a educação infantil na PUC Minas. E-mail: pacosoares@ufmg.br.

Aline Buy dos Santos

Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) e professora do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo do Colégio Pedro II (Creir/CPII). E-mail: alinebuy2@gmail.com.

Ana Paula Batista Pina dos Santos

Mestre em educação na linha de pesquisa Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Graduada em pedagogia pela UnB e em administração pela Universidade Paulista (Unip). Especializada em psicopedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em orientação educacional e vocacional pela Faculdade do Distrito Federal (FACDF). É membro do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento. Atua como coordenadora pedagógica da educação infantil do Colégio Marista João Paulo II, no Distrito Federal. E-mail: anapaulabatistapina@gmail.com.

Andrea Braga Moruzzi

Docente de graduação em pedagogia e de pós-graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Líder do grupo de pesquisa Infâncias e Feminismos (Infemis). Pesquisa sobre infância, sociologia da infância, gênero e feminismos. E-mail: marcia.argenti@unesp.br.

Catarina Moro

Professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepie). Atua como editora chefe da Educar em Revista (UFPR). É bacharel e licenciada em psicologia, especialista em educação infantil, mestre em psicologia da infância e da adolescência e doutora em educação pela UFPR. Atua principalmente nos seguintes temas: práticas educativas para/com a pequena infância, avaliação de contexto e políticas públicas em educação infantil. E-mail: moro.catarina@gmail.com.

Cristiano Rogério Alcântara

Graduado em pedagogia em gestão escolar pelo Centro Universitário de Santo André (2004) e em letras – português e literaturas de língua portuguesa pela Universidade de Franca (2014). Mestre em ciência da informação e documentação pela Universidade de São Paulo (2009). Doutor em língua portuguesa (2015) e pós-doutor em psicologia da educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2022). E-mail: cralcantara@uol.com.br.

Danielle Atta

Mestre em educação pela Universidade de Brasília. Graduada em história e pedagogia e pós-graduada em políticas públicas, infância, juventude e diversidade e em educação infantil. Pedagoga e orientadora educacional na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: danielleatta2@gmail.com.

Débora de Souza Santos

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestre em educação na modalidade profissional pela Universidade de Brasília. Especialista em educação infantil na perspectiva histórico-cultural e graduada em pedagogia. E-mail: deborag7@hotmail.com.

Flávio Santiago

Pesquisador em nível de pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (Gepsi/USP) e no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (Grupegi). E-mail: santiagoflavio2206@gmail.com.

Gabriela Barreto da Silva Scramingnon

Professora adjunta do departamento de didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio, 2017). Mestre em educação pela Unirio (2011). Integrante do grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (Eipp/Unirio). Integrante do grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura (Infoc/PUC Rio). E-mail: gabriela.scramingnon@unirio.br.

Gabriela Lotta

Professora e pesquisadora de administração pública e governo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), mestra e graduada em administração pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Coordenadora da área temática Estado e Políticas Públicas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e diretora da pesquisa da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anep/CP). Email: gabriela.lotta@fgv.br.

Giane Lucelia Grotti

Doutora em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em metodologia do ensino pré-escolar e fundamental pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pedagoga formada pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulon), atualmente Centro Universitário Filadélfia (Unifi). Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em educação infantil e professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Acre. Atua na área de políticas e currículo para infância, educação infantil e história do atendimento à infância. E-mail: giane.grotti@ufac.br.

Ingrid Dittrich Wiggers

Doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular da Universidade de Brasília. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Líder do Imagem – Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação. E-mail: ingridwiggers@gmail.com.

Lara Batomarco Nobre

Graduada em pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB, 2023). Atualmente, é estudante de pós-graduação em psicopedagogia e neuroeducação, e

se especializa em psicanálise infantil na Associação Brasileira de Medicina Psicossomática (ABMP-DF). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi). Atua como auxiliar do desenvolvimento infantil no Ministério da Saúde. E-mail: nobrelara@hotmail.com.

Laura Brisolara de Albuquerque

Pedagoga pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduanda em alfabetização e letramento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Sua pesquisa no Pibic-UnB foi sobre os impactos da pandemia da covid-19 na educação infantil. E-mail: laurabrisolara@gmail.com.

Lígia Almeida Teixeira

Graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestranda em educação na modalidade profissional (PPGE/UnB). E-mail: ligiateixeira11@gmail.com.

Lisandra Ogg Gomes

Professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação (Proped) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Procientista na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e na Uerj. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Território dos Estudos da Infância. E-mail: lisandraogg@yahoo.com.br.

Lucas Ramos Martins

Doutor e mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em pedagogia pela mesma instituição. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepei/UFMG). Atua como professor no Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). E-mail: lucas.martins@uemg.br.

Marcia Cristina Argenti

Livre docente em estudos da infância na Universidade Estadual Paulista (Unesp), doutora e mestra em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pedagoga na Unesp. Pesquisadora e docente do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância,

Família e Escolarização (Gepife). Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar (acadêmico) e no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual (profissional) da Unesp. Desenvolve atividades nas áreas temáticas da infância, família e escolarização. E-mail: marcia.argenti@unesp.br.

Maria Alice Barbosa dos Santos

Graduanda em pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, Bebês e Crianças (Gerar). Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Pibic/Faperj). E-mail: mariaalicebarbosadossantos@id.uff.br.

Maria Fernanda Rezende Nunes

Professora titular-livre em educação infantil do Departamento de Didática e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: política pública, formação, alfabetização e currículo. Participante do programa Cientista do Nosso Estado (CNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj, 2021). Coordena o grupo de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas (Eipp). E-mail: maria.f.nunes@unirio.br.

Maria Lídia Bueno Fernandes

Geógrafa. Docente do curso de pedagogia e professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS). Integrante da Rede latino-americana de pesquisa e reflexão com crianças e jovens (Reir). Trabalha com temas relacionados à geografia da infância e da juventude. E-mail: lidia_f@uol.com.br.

Marina Pereira de Castro e Souza

Professora adjunta do Departamento de Formação de Professores, na área de educação infantil, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é vice coordenadora do grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (Eipp), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisa os seguintes temas: educação inclusiva, medicalização e estudos da deficiência. Integrante da Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (Rede Pq-SMCA). E-mail: mpcastros@yahoo.com.br.

Mayra Silva dos Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-graduanda em educação especial com ênfase em educação inclusiva pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Integrante e pesquisadora dos grupos de pesquisa Infâncias e Feminismos (Infemis) e Educação e Relações Étnico-Raciais, da UFSCar. Suas pesquisas estão relacionadas à formação e trabalho docente, raça e gênero. E-mail: mayra.silva9152@gmail.com.

Nazareth Salutto

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Programa de Extensão Educação Infantil: infância, formação e sociedade. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, Bebês e Crianças (Gerar). E-mail: nazarethssalutto@gmail.com.

Rafaelli Norberto Grégio

Graduada em pedagogia e mestre em educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Já atuou como professora substituta da Ufac. Professora da educação infantil há 15 anos. E-mail: rafaelligregioac@gmail.com.

Rhaisa Naiade Pael Farias

Doutora em educação pela Universidade de Brasília (UnB). Participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na Queensland University of Technology. Tem pós-graduação lato sensu em docência na educação infantil e graduação em pedagogia com habilitação em educação infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é docente no curso de pedagogia na modalidade a distância do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e professora substituta na UnB. E-mail: rhaisapael@yahoo.com.br.

Taís Aparecida de Moura

Docente efetiva do Departamento de Educação (Deduc) da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Coordenadora do Grupo de Investigação de Infâncias e Linguagens (Giil/Uemg) e pesquisadora em nível de pós-doutorado em artes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), cuja pesquisa versa a respeito das visualidades e processos estéticos das salas de aula de alfabetização. E-mail:tais.moura@uemg.br.

Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Pedagoga. Especialista em gestão educacional e docência na educação infantil. Mestra em educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante e pesquisadora dos grupos de pesquisa Infâncias e Feminismo (Infemis), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil, da UFPR. Suas pesquisas estão relacionadas a gênero e infâncias, educação infantil, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais. Professora da Rede Municipal de Educação de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. E-mail: vanessaf.educ@gmail.com.

Viviane Fernandes Faria Pinto

Doutora em educação, mestre em processos de desenvolvimento humano e saúde, especialista em desenvolvimento psicológico e inclusão escolar e graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Foi assessora pedagógica em projetos de formação inicial de professores do Ministério da Educação (MEC), orientadora educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal e pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: viviane.educ@gmail.com.

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGO

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Educação Infantil em diálogo: pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância é uma coletânea composta por textos de pesquisadoras e pesquisadores de diversas regiões do Brasil, que têm constituído o campo de estudos da infância, articulando uma teia científica preocupada com as crianças e a infância contemporânea. Parte dessa teia tem sido tecida no âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (GEPESI/UnB), da Universidade de Brasília, e dos diálogos que o grupo têm travado com diferentes áreas do conhecimento humano e seus pesquisadores, tendo como eixo central também as crianças (sujeitos históricos, atores sociais, produtoras e participantes ativos na cultura) e a pluralidade da infância. Assim, o livro busca reunir contribuições teóricas e metodológicas que permitam pesquisadores, estudiosos e profissionais que atuam com a infância, em especial na educação delas, de forma a ampliar olhares, saberes e instigar novos "quereres" por assim dizer no trabalho com as crianças pequenas. Almejamos proporcionar ao leitor reflexões e provocações, por meio de um pensamento dialético e complexo, que questionem nossas práticas, que revejam nossas posturas, que nos inspirem na realização de nossas pesquisas e principalmente que nos permita abrir possibilidades para conhecer e nos relacionarmos de forma mais respeitosa e potente com as crianças.

EDITORA UnB

Pesquisa, Inovação & Ousadia